

TRANSPORTADORA DE GÁS DO BRASIL
CENTRAL S.A. - TGBC

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

TRANSPORTADORA DE GÁS DO BRASIL CENTRAL S.A. - TGBC

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Acionistas da
Transportadora de Gás do Brasil Central S.A. - TGBC
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Transportadora de Gás do Brasil Central S.A. - TGBC ("TGBC" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportadora de Gás do Brasil Central S.A. - TGBC em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 05 de março de 2026.

TRANSPORTADORA DE GÁS BRASIL CENTRAL S.A. - TGBC

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
	Nota explicativa	2025	2024		Nota explicativa	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de Caixa	4	54	60	Fornecedores	7	391	-
Tributos a recuperar		-	5	Tributos a recolher		45	34
Adiantamentos a fornecedores		-	40	Outras obrigações		1	2
		54	105			437	36
Não circulante				Patrimônio Líquido			
Realizável a longo prazo				Capital Social	8	61.720	40.000
Tributos a recuperar		6	-	Adiantamento para futuro aumento de capital		-	14.950
Diferido	5	2.003	2.003	Prejuízos acumulados		(48.694)	(43.381)
Intangível	6	11.400	9.497			13.026	11.569
		13.409	11.500				
Total do Ativo		13.463	11.605	Total Passivo e Patrimônio Líquido		13.463	11.605

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSPORTADORA DE GÁS BRASIL CENTRAL S.A. - TGBC

Demonstração do resultado do período
Exercício findo em 31 de dezembro 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	9	(5.160)	(10.542)
Outras despesas	9	(155)	-
		<u>(5.315)</u>	<u>(10.542)</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro		<u>(5.315)</u>	<u>(10.542)</u>
Receitas financeiras		5	12
Despesas financeiras		(1)	(2)
Resultado financeiro líquido		<u>4</u>	<u>10</u>
Prejuízo do período		<u><u>(5.311)</u></u>	<u><u>(10.532)</u></u>

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSPORTADORA DE GÁS BRASIL CENTRAL S.A. - TGBC

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro 2025
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Prejuízo do período	(5.311)	(10.532)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u>(5.311)</u>	<u>(10.532)</u>

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSPORTADORA DE GÁS BRASIL CENTRAL S.A. - TGBC

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro 2025

(Em milhares de Reais)

	Capital Social			Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Total			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	40.000	-	40.000	4.621	(32.849)	11.772
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	10.329	-	10.329
Prejuízo do período	-	-	-	-	(10.532)	(10.532)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	40.000	-	40.000	14.950	(43.381)	11.569
Subscrição de capital social	25.000	(25.000)	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	3.919	-	3.919
Integralização de capital social	-	21.720	21.720	(18.869)	-	2.851
Prejuízo do período	-	-	-	-	(5.311)	(5.311)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	65.000	(3.280)	61.720	-	(48.694)	13.026

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSPORTADORA DE GÁS BRASIL CENTRAL S.A. - TGBC

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(5.311)	(10.532)
Ajustes de valores para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais		
Juros e variações monetárias, líquidas	(2)	-
Perda por irrecuperabilidade	5	-
	<u>(5.308)</u>	<u>(10.532)</u>
Variações nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	(1)	(1)
Adiantamentos a fornecedores	35	3
Fornecedores	-	(2)
Tributos a recolher	11	(62)
Outras obrigações	(1)	(1)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(5.264)</u>	<u>(10.595)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.512)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(1.512)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.919	10.329
Integralização de capital	2.851	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>6.770</u>	<u>10.329</u>
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa no período	<u><u>(6)</u></u>	<u><u>(267)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	60	327
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	54	60
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa no período	<u><u>(6)</u></u>	<u><u>(267)</u></u>

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Transportadora de Gás do Brasil Central S.A. - TGBC ("Companhia") foi constituída em 22 de novembro de 2002 e tem por objeto a engenharia, construção, instalação, titularidade, exploração comercial, operação e manutenção, direta ou indiretamente, de um duto para transporte de gás natural para o Estado de Goiás e Distrito Federal e instalações associadas, e a participação em outras sociedades e consórcios, bem como a exploração da comercialização de serviços de transmissão de dados e informações por fibra ótica ou outra forma de transmissão de dados e informações, a qual: (a) possa ser conduzida direta ou indiretamente por meio da estrutura do gasoduto ou dos direitos de passagem a ele relacionados; ou (b) seja necessária, costumeira, conveniente ou incidente ao anteriormente mencionado.

A Transportadora vem desenvolvendo diversas ações com o objetivo de iniciar suas operações. Em 22 de dezembro de 2025, a Companhia obteve a Licença de Instalação - LI do Projeto de construção do gasoduto, emitida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, LI nº 1543/2025. Ademais, encontra-se em andamento o processo de Declaração de Utilidade Pública (DUP) na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicomcombustíveis - ANP. Até o início da sua operação, a Companhia continuará a depender de suporte financeiro, a ser obtido por meio de aportes de capital, por parte de seus acionistas e/ou por meio da captação de recursos de terceiros.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC como Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

A emissão das Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi autorizada, pela Diretoria Executiva da Companhia em 05 de março de 2026.

b) Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram preparadas considerando o pressuposto da continuidade normal de suas atividades, e estão apresentadas ao custo histórico como base de valor, exceto alguns ativos e passivos ao valor realizável quando indicado desta outra forma.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as Demonstrações Contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o valor em milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas a seguir:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no princípio da competência.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de Balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

O único ativo financeiro reconhecido pela Companhia é o caixa e equivalentes de caixa.

O único passivo financeiro reconhecido pela Companhia é o contas a pagar a fornecedores.

c) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

d) Diferido

De acordo com a Lei no 11.941/09, os gastos pré-operacionais podem ser mantidos no ativo diferido até sua total amortização. Os valores constantes do diferido representam gastos incorridos e receitas auferidas durante o período em que a Companhia esteve pré-operacional, considerando a data da sua constituição até o término do exercício social de 2007. O saldo das receitas e despesas pré-operacionais, apresentado como ativo diferido, será amortizado em dez anos pelo método linear, a partir do início das operações da Companhia, sujeito a análise de recuperabilidade.

A partir de 1º de janeiro de 2008, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Companhia passou a reconhecer as despesas e receitas pré-operacionais no resultado do período.

e) Intangível

Refere-se aos recursos, aplicados pela Companhia, no desenvolvimento de projetos relacionados à engenharia, construção, instalação, exploração comercial, operação e manutenção de um duto para transporte de gás natural para o Estado de Goiás e Distrito Federal. Compreende também os gastos incorridos, pela Companhia, com os projetos ligados à exploração da comercialização de serviços de transmissão de dados e informações por fibra ótica ou outra forma de transmissão de dados e informações que possa ser conduzida por meio da estrutura do gasoduto ou dos direitos de passagem a ele relacionados.

Os principais valores registrados como intangível se referem a gastos incorridos, pela Companhia, relativos as análises necessárias sobre impactos ambientais, assim como os gastos com contratação de assessorias e consultorias especializadas para a elaboração dos projetos técnicos e ambientais, submetidos à avaliação dos órgãos reguladores; compreende também outros gastos necessários e inerentes à regularização dos projetos desenvolvidos, tais como (i) os gastos com Licença Prévia - LP e Licença de Instalação - LI dos projetos de construção do gasoduto, obtida junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; e (ii) os demais gastos incorridos para atendimento às 'condicionantes pré-obra', constantes na Licença de Instalação - LI.

f) Tributos

A Companhia está enquadrada no regime de tributação do 'Lucro Real'. Tendo em vista a apresentação de prejuízo nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia não reconheceu, nesses períodos, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social.

g) Outros ativos e passivos circulantes ou não circulantes

Um ativo é reconhecido no Balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no Balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A despesa relativa ao reconhecimento de qualquer provisão é apresentada na Demonstração do Resultado do período.

i) Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo para sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas regularmente e entende que não haverá divergências materiais quando da realização dessas.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do Balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são citadas a seguir:

TRANSPORTADORA DE GÁS DO BRASIL CENTRAL S.A. - TGBC

Notas explicativas da Diretoria às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais - R\$)

- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; e
- Provisões para riscos processuais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	54	60
Total	<u>54</u>	<u>60</u>

As aplicações financeiras têm seus rendimentos correspondido a aproximadamente 100% da variação dos Certificados de Depósito Interbancários (CDI) e são classificadas pela Administração da Companhia como caixa e equivalentes de caixa, por serem consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Ativo diferido

Descrição	2025	2024
Despesas pré-operacionais	2.003	2.003
Total	<u>2.003</u>	<u>2.003</u>

O saldo corresponde às despesas pré-operacionais incorridas antes de 2008.

Em 2010, quando da adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) convergidas ao padrão IFRS, e por regência das Leis nºs 11.638/08 e 11.941/09 que alteraram a Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76), a Companhia avaliou o saldo existente em 31 de dezembro de 2008 como ativo diferido que, pela sua natureza, não pôde ser alocado a outro grupo de contas e optou pela sua manutenção, com vistas a sua amortização, a partir do início das suas operações.

A Administração não identificou indícios de perda de valor do ativo em seu plano de negócios.

6. Intangível

Referem-se aos gastos com desenvolvimento de projetos e estudos ambientais e de engenharia, realizados pela Companhia, tendo por objetivo a obtenção da Licença Prévia - LP e da Licença de Instalação - LI, emitida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Também compreende os gastos incorridos com vistas à obtenção da Declaração de Utilidade Pública - DUP do projeto, além da necessidade de atender às exigência da ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, órgão regulador dos serviços de transporte de gás natural, que aprova o projeto para realização da Chamada Pública de Alocação de Publicidade - CPAC.

Descrição	2025	2024
Estudos e projetos	11.400	9.497
Total	11.400	9.497

7. Fornecedores

Descrição	2025	2024
Fornecedores de serviços	391	-
Total	391	-

8. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o Capital Social subscrito da Companhia é de R\$ 65.000 (R\$ 40.000 em 2024). O capital Social integralizado é dividido em 53.700 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes CS Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital a integralizar é de R\$ 3.280, a ser integralizado até 31 de dezembro de 2026.

Cada ação ordinária terá o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

- Prioridade de recebimento do dividendo mínimo obrigatório, cumulativo, de 75% do lucro líquido ajustado, bem como na distribuição de dividendo mínimo de 4%, calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de dividendos, quando superiores ao percentual mínimo assegurado;

TRANSPORTADORA DE GÁS DO BRASIL CENTRAL S.A. - TGBC

Notas explicativas da Diretoria às Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais - R\$)

- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia;
- Participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes; e
- Em caso de liquidação da Companhia, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à rubrica de 'Capital Social'.

b) Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC

Referem-se aos aportes realizados pela acionista CS Energia S.A. para futuro aumento do capital da Companhia, frente as suas necessidades de caixa, tendo em vista a sua condição pré-operacional.

No exercício de 2025, os valores aportados pela acionista CS Energia S.A. que estavam reconhecidos como AFAC foram integralizados no montante de R\$ 3.919 (R\$ 14.950 em 2024), totalmente integralizado no próprio exercício.

c) Distribuição de dividendos

O Estatuto Social prevê que, sobre o lucro apurado no fim de cada exercício social, deverá ser aplicado o percentual de 5%, antes de qualquer outra destinação, na constituição do fundo de reserva legal, que não excederá a 20% do Capital Social.

A Companhia, quando em operação, distribuirá como dividendos mínimos obrigatórios, em cada exercício social, 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei. A assembleia geral de acionistas estabelecerá a destinação do lucro líquido remanescente.

9. Despesas por função e natureza

	2025	2024
Despesas por função		
Gerais e administrativas	(5.160)	(10.543)
Outras despesas	(155)	-
	<u>(5.315)</u>	<u>(10.543)</u>
Despesas por natureza		
Serviços profissionais	(5.055)	(10.399)
Impostos, taxas e contribuições	(31)	-
Perdas por irrecoverabilidade	(5)	-
Despesas com viagens	-	(109)
Outras despesas	(224)	(35)
	<u>(5.315)</u>	<u>(10.543)</u>

10. Provisão para riscos processuais

A Companhia não possui ações judiciais passivas cuja avaliação da expectativa de perda seja "provável" ou "possível". Assim, nenhuma provisão foi constituída ou divulgada.

11. Gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado. Os principais fatores de riscos financeiros, e as estratégias a serem adotadas a cada circunstância, que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

Gestão do risco da taxa de juros

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI.

Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.